

GT 02 - Compreendendo as conexões e interfaces do direito à cidade com a justiça climática e o racismo ambiental

TECNOLOGIAS POLÍTICAS PARA REPENSAR O CÓRREGO PRATA (GO)

Wagner de Souza Rezende¹

David Alves Finotti Cmarcelli de Azeredo²

1 INTRODUÇÃO

No contexto global das mudanças climáticas, o projeto de extensão Rios Invisíveis de Goiás, uma proposta interinstitucional entre Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Prefeitura da Cidade de Goiás e Politécnico de Turim, iniciada em 2024, tem se desenvolvido com o objetivo principal de projetar, colaborativamente, o futuro do Córrego Prata, afluente do Rio Vermelho, na cidade de Goiás. Trata-se de uma iniciativa local, no contexto de uma microbacia hidrográfica, que reivindica o direito à natureza (e à justiça climática), ao articular diversos atores políticos para (re)imaginar relações sustentáveis entre cidade e natureza, por meio de interfaces teóricas, metodológicas e prático-sensíveis.

Atualmente atravessado por uma paisagem de estigma e invisibilização, o córrego é reconhecido pela população local como símbolo de resistência, memória e identidade (Acselrad e Viegas, 2021; Holston, 2013). Fundamentada nas tecnologias e políticas participativas, a proposta visa resgatar os traços de memória urbana que conectam este curso d'água ao imaginário local por meio de diagnóstico socioambiental, plano de recuperação das margens e ação de educação ambiental.

Nos últimas décadas, no entanto, intensificou-se a ocupação ilegal (desordenada) das margens do Córrego Prata, comprometendo seu ecossistema e acelerando o desequilíbrio ambiental. Invisibilizado pelo processo de urbanização, ele carrega em seu leito não apenas esgoto e resíduos sólidos, mas também histórias, memórias e afetos de uma comunidade que se organiza em torno da sua existência, da sua materialidade, ainda que precária, como forma de resistência ao plano de canalização. Diante das transformações urbanas de Goiás, cidade que é patrimônio mundial da Unesco, situada no bioma Cerrado, a gestão das águas

¹ Titulação acadêmica, instituição à qual é ligado, cargo que ocupa e e-mail.

² Titulação acadêmica, instituição à qual é ligado, cargo que ocupa e e-mail.



urbanas evidencia políticas ambientais fragmentadas, desiguais e desacopladas da realidade local.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

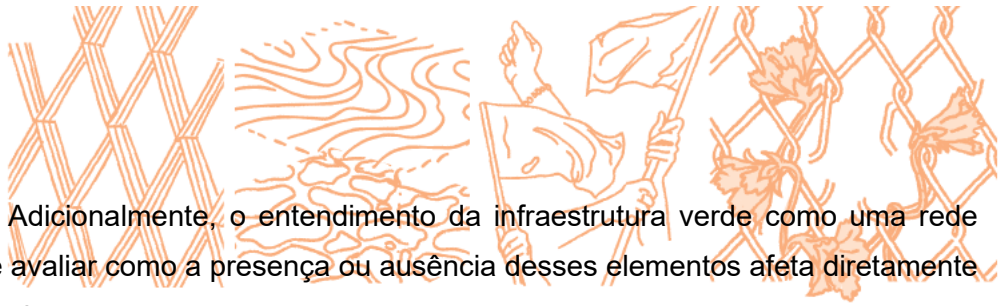
2.1 Conceitos Fundamentais

Mais do que um curso d'água, o que já significa em si mesmo um interesse público relevante, o córrego representa a memória coletiva e a possibilidade de uma nova relação entre cidade e ambiente no bioma Cerrado (Agnew, 1987, 1993). No contexto das transformações urbanas no século XX, diante das tendências de nomear o momento em que vivemos, o Antropoceno é uma perspectiva de repensar a natureza, especialmente os rios urbanos, não apenas na sua condição de vulnerabilidade, fragilidade e dependência, mas como paisagens relacionais da condição humana (Stengers, 2015). Isso implica reconhecer os efeitos das ações humanas na gestão e conservação dos recursos naturais urbanos. Imaginando a cidade como a conjunção de sistemas socioambientais complexos, devemos incentivar abordagens que considerem os impactos humanos e a necessidade de adaptação às mudanças climáticas (Chakrabarty, 2020).

A perspectiva de justiça ambiental, imbricada ao conceito de direito à natureza direciona o foco para a distribuição equitativa dos benefícios e ônus associados aos rios urbanos. Muitas vezes, comunidades marginalizadas são afetadas de forma desproporcional por poluição e degradação ambiental. Uma abordagem centrada na justiça ambiental busca identificar e corrigir disparidades, garantindo que todas as comunidades tenham acesso a um ambiente saudável e à participação nas decisões que afetam seus rios locais.

A ecologia política oferece uma lente para analisar as relações de poder e interesses que influenciam as decisões sobre os rios urbanos. A distribuição desigual de recursos e benefícios ambientais muitas vezes reflete as contradições das dinâmicas das políticas ecológicas (Latour, 2020). Uma abordagem ecopolítica questiona as estruturas de poder subjacentes, promovendo a participação inclusiva e a conscientização para garantir uma gestão mais equitativa e sustentável dos rios urbanos.

A infraestrutura verde emerge como um conceito chave que articula princípios das Soluções baseadas na Natureza, reconhecendo a importância das áreas verdes naturais ou projetadas para o equilíbrio ecológico urbano. Rios urbanos, quando incorporados a uma rede de infraestrutura verde, desempenham um papel vital na regulação do clima, manutenção da biodiversidade e proporcionam benefícios estéticos e de qualidade de vida (Rojas, Meulder e



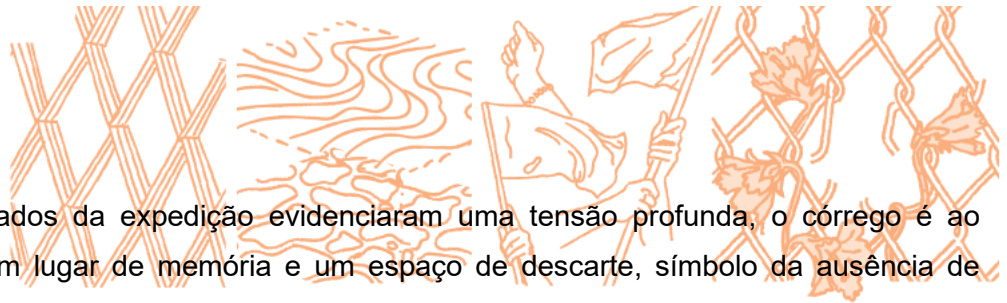
Shannon, 2015). Adicionalmente, o entendimento da infraestrutura verde como uma rede integrada permite avaliar como a presença ou ausência desses elementos afeta diretamente a saúde dos rios urbanos e seu entorno.

Não menos importante, a perspectiva dos comuns urbanos representa a ideia de recursos (naturais) compartilhados pela comunidade, incluindo rios, parques, florestas e montanhas, entre outros, e destacam a importância de uma gestão colaborativa e sustentável desses recursos (Hardt e Negri, 2014). Ao considerar os rios urbanos como um bem comum, exploramos abordagens de governança que envolvem ativamente a população local na tomada de decisões, planejamento e conservação, alinhando-se com a ideia de responsabilidade coletiva pela preservação desses ecossistemas (Feinberg, 2021).

2.2 Tecnologias de Ação Participativa para Repensar a Ecologia Política

Alinhado com o debate sobre práticas qualitativas de pesquisa e extensão e orientado por uma abordagem construtivista e participativa, o projeto Rios Invisíveis está dividido em quatro etapas, fundamentadas na proposta metodológica das Práxis Plurais, que enfatiza as tecnologias políticas de participação (Rezende, 2022; Arnstein, 1969). De acordo com Rezende (2022), temos as seguintes práxis: a) estratégica, associada às articulações políticas das controvérsias por meio de redes sociotécnicas; b) insurgente, que permite pensar e agir de modo contra hegemônico orientando-se segundo a perspectiva do espaço relacional; c), reflexiva, que organiza os processos de tomada de decisão, tornando explícitas vozes alternativas; e, finalmente, d) expressiva, que refere-se, principalmente, à estruturação do engajamento dos diversos atores envolvidos.

Foi elaborada uma cartografia das vivências cotidianas na microbacia do Córrego Prata, por meio do mapeamento colaborativo das condições de vulnerabilidade ambiental e social com a participação dos moradores locais que se apropriam das margens dos rios. Utilizamos como ferramentas de levantamentos de dados os questionários, as entrevistas e etnografia visual, incluindo a produção de levantamentos aerofotográficos por drone. Cabe enfatizar que foi realizado um Protocolo de Avaliação Rápida em toda a extensão deste corpo d'água (Silva et al., 2021). Finalmente, foram organizados workshops para sensibilização, capacitação e engajamento da comunidade local na implementação das estratégias propostas para a regeneração e a conservação das microbacias dos rios urbanos. Cabe ressaltar que a equipe interdisciplinar é composta por arquitetos e urbanistas, geógrafos, biólogos e técnicos educativos, reforçando a necessidade de abordagens transversais frente a desafios complexos.



Os resultados da expedição evidenciaram uma tensão profunda, o córrego é ao mesmo tempo um lugar de memória e um espaço de descarte, símbolo da ausência de saneamento básico e de políticas efetivas de planejamento urbano. A primeira ação concreta do projeto foi uma expedição exploratória ao Córrego Prata que marcou o início das atividades de campo e revelou um cenário de abandono: esgoto a céu aberto, lixo acumulado e ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanente (APP). Simultaneamente, entrevistas com moradores revelaram memórias afetivas, resgatando o córrego como espaço de convívio e pertencimento. Durante essa etapa, foi conduzido um mapeamento técnico, com registro fotográfico ao nível do solo e por meio de drone, que envolveu a identificação das nascentes, desvios, barreiras e usos não condizentes.

Para enfrentar esses desafios, o projeto adotou uma estratégia pautada na criatividade, na participação democrática e na sensibilidade ao contexto local. A realização de oficinas de cartografia afetiva, nas quais os moradores desenharam mapas mentais, revelando pontos de memória, pertencimento e degradação ambiental. Paralelamente, foram produzidas hortas urbanas pedagógicas em escolas públicas, que envolveram os estudantes que aprenderam a cultivar alimentos e refletir sobre os vínculos entre solo, água e saúde. Outro destaque foi a realização de oficinas de cartografia experimental durante o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA) em 2024 e 2025. As atividades — que incluíram oficinas de micro-hortas e caminhadas ecológicas — despertaram forte interesse do público e reforçaram o compromisso com a sensibilização ecológica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água é considerada um bem comum pelas civilizações que têm se desenvolvido no planeta há milênios. O Córrego Prata, assim como outros rios urbanos do Cerrado, não é apenas recurso hídrico, mas, acima de tudo, patrimônio vivo, tecido por histórias e encontros entre humanos e não-humanos. Tentamos demonstrar, neste trabalho, que a regeneração urbana é mais do que a articulação de tecnologias eficientes. Exige redes sociotécnicas de participação que envolvem diálogo, afeto e imaginação para enxergar, para além dos muros, das edificações e das ruas, rios que seguem vivos nos espaços urbanos. Nesse horizonte político, a articulação entre tecnologias políticas e soluções baseadas na natureza (SbN) mostrou-se promissora. Buscou-se propor alternativas para conter o assoreamento, tratar efluentes e implementar zonas-tampão com espécies nativas do Cerrado, mais resilientes à seca e à compactação do solo.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; VIEGAS, R. N. Cartografía Social en Brasil y en la América Latina: desafíos epistemológicos y metodológicos de mapeos contra-hegemónicos de los espacios y territorios. **Cuadernos de Geografía**, v. 30, p. 197-211, 2021.

AGNEW, J. **Place and politics**. Boston: Allen & Unwin, 1987.

AGNEW, J. Representing Space: Space, Scale and Culture in Social Science. In: DUNCAN, J. (org.). **Place, Culture, Representation**. Nova Iorque: Routledge, 1993. p. 251-271.

ARNSTEIN, S. A ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 216-224, 1969. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rjpa19/35/4>. Acesso em : 10/01/2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O planeta, uma categoria humanista emergente**. São Paulo: Zazie Edições, 2020.

FEINBERG, A.; GHORBANI, A.; HERDER, P. Diversity and Challenges of the Urban Commons: A Comprehensive Review. **International Journal of the Commons**, Reino Unido, v. 15, n. 1, p. 1-20, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://www.thecommonsjournal.org/38/volume/15/issue/1/>. Acesso em : 10/04/2021.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2009. HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

REZENDE, W. Imagine a cidade: Práxis plurais e a produção de lugares compartilhados. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 32-49, 2022. DOI: 10.5935/cadernospos.v22n1p32-49.

ROJAS, C; De MEULDER, B. SHANNON, K. Water urbanism in Bogotá. Exploring the potentials of an interplay between settlement patterns and water management. **Habitat International**. V. 48. p. 177-187, 2015.

SILVA, R. V., ALVES, V. D. S., NETO, A. V., BATISTA, R. M., SOUZA, C. A. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida nas margens do rio Paraguai, Cáceres/MT, Brasil. **Revista de Estudos Ambientais**, 23(2), pp. 23-34, 2021.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.